

ALGUNS IMPASSES TEÓRICOS NA ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO

Christiane Girard Ferreira Nunes(*)

RESUMO

O estudo de uma comunidade favelada é o ponto de partida para uma discussão a respeito de abordagens teóricas da identidade do sujeito coletivo, movimentos sociais e participação. Examinam-se a perspectiva marxista, a culturalista e a pesquisa participante (a perspectiva do sujeito) e conclui-se pela possibilidade de conceber o sujeito como resultado de lutas em uma construção histórica não pré-determinada por uma relação de causalidade.

Introdução

A reflexão sobre a questão das classes, relacionando-a às problemáticas de ação e estrutura e de ordem e conflito, vem perpassando nossas preocupações intelectuais. Estas inquietações encontram suas origens em um contexto de referência preciso: o estudo de uma comunidade favelada onde procurávamos compreender as maneiras segundo as quais esta comunidade se apropriava dos serviços infra-estruturais e ela ofertados pelo Estado e pelas instituições religiosas af atuantes (católicos e protestantes)(1). Colocávamos também nestas análises a questão da cidadania. Na conjuntura sócio-econômica de então, onde eram evidentes os sinais de uma recessão em nível nacional, o acesso aos benefícios decorrentes das políticas sociais aparecia prospectivamente como de difícil realização. Em outras palavras; a natureza excludente do modelo social e econômico brasileiro tendia a se agravar, como de fato parece estar se confirmando, com o constante acirramento da crise. Sintomaticamente, a própria agência estatal que nos encomendou o estudo estava, ela também, preocupada com questões da mesma natureza. Sinteticamente interessava-lhe discutir quais as possibilidades objetivas de integrar as comunidades alvo de políticas públicas urbanas em um processo de participação; mais ainda, interessava-lhe refletir se este processo participativo era, em si, um criador de identidades sociais que poderiam consolidar uma cidadania. Naquele momento, o trabalho foi encerrado guardando uma grande inquietação intelectual, cujo centro era o "sujeito".

* Socióloga, Doutoranda em Sociologia/UnB.

Por outro lado, é consenso geral nas ciências o fato de que as diferentes políticas sociais (educação, cultura, saúde, etc.) são estratégias de legitimação do Estado, as quais se rebatem de forma desigual sobre o social, ampliando os direitos de certas camadas ou grupos sociais e não de outros. Estes mesmos grupos desenvolvem práticas correntes e peculiares em sua relação com o Estado, abrangendo uma gama variada de relacionamento Estado/sociedade civil organizada. Os exemplos já clássicos das associações de moradores, dos clubes de mães, dentre outros, estão aí para evidenciar a heterogeneidade absoluta de práticas existentes: alguns buscam uma integração com o Estado; outros se desintegram enquanto grupos, desde que seus objetivos de luta sejam atingidos; outros ainda vão em sentido oposto ao que suas práticas nos permitiria supor. Em síntese, esta variada gama de situações levou os cientistas a repensar os estudos caso a caso e, portanto, a desenvolver uma vocação de pesquisa de campo.

A literatura sobre este conjunto de aspectos acima enunciados é vasta. Paralelamente, pode-se detectar um certo esgotamento das explicações teóricas globalizantes, sobretudo levando-se em conta as suas dificuldades em incorporar fenômenos sociais mais contemporâneos, tais como os chamados "novos movimentos sociais". É sobre esta imprecisão em se conceituar estes fenômenos que tentaremos aqui refletir, com vistas a avançar um pouco mais nas reflexões por nós iniciadas.

A Perspectiva Marxista

As teses clássicas de base marxista e que enfocam as relações sociais baseiam-se na concepção global da sociedade, subdividida em classes com interesses antagonicos. Neste contexto, a evolução sócio-política se estrutura a partir de uma inter-relação necessária entre as classes, concentrada sobretudo na dimensão produtiva ou econômica. Esta inter-relação, de cunho dialético, baseia-se em articulações calcadas em relações de exploração, as quais estão na origem das contestações sociais. Entretanto, não se pode negar que a crescente descrença das macro-teorias fez crescer a esperança nos movimentos "alternativos". Estes movimentos apareciam sob uma percepção de natureza dupla:

de um lado, eram encarados sobretudo em função de um potencial revolucionário ou progressista;

de outro, e em oposição, eram vistos como um desvio, uma anomia ou um deslocamento das contradições secundárias (existenciais) no lugar das contradições principais (de classe).

De qualquer maneira, na medida em que os "novos movimentos sociais" surgiram, sobretudo nos anos 70, era quase que evidente que a participação popular no interior desses movimentos trazia expectativas de retomada de um processo mais progressista. Isto é verdade principalmente se levarmos em conta que a década de 70 se caracterizou por um avanço do autoritarismo em quase toda América Latina, o que levou à impossibilidade de uma militância mais tradicional (partidos e sindicatos).

Outro aspecto merece ainda ser ressaltado: não se colocava em questão o fato de que os movimentos se reagrupavam em torno de reivindicações que formavam **identidades sociais** capazes, talvez, de pôr em questão a ordem estabelecida. As novas práticas político-sociais colocavam também em questão as estratégias dos partidos políticos tradicionais. Além do mais, provocavam um debate sobre a eficácia dos partidos em responder às necessidades da população, bem como, sobre o lugar a ser ocupado pelos intelectuais neste intenso processo social. A leitura e/ou releitura dos clássicos marxistas e o profundo debate acadêmico verificado a partir daí são sintomas dessa perplexidade geral que tomou conta de todos: partidos, academia, movimentos políticos, etc. Como dizia Ruth Cardoso:

"Lê-se avidamente Gramsci e Althusser procurando compatibilizar o marxismo com as ilusões e depois com as desilusões de 1968"(2).

De fato, o debate permaneceu impreciso, sobretudo na maneira de conceituar os fenômenos emergentes e suas incorporações em diferentes linhas de pesquisa. Toda a perplexidade que tais movimentos provocavam pode ser explicitada na seguinte afirmativa de Ruth Cardoso, em seu texto já citado:

"A grande novidade destes grupos é sua independência com relação aos políticos... bem como sua capacidade de exprimir os desejos de base da sociedade... vistos enquanto formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante toda a manifestação de uma vontade coletiva, quando em confronto direto com as políticas públicas autoritárias"(3).

É preciso refletir sobre essa constatação, pois ela levanta inúmeros problemas:

- 1º) Seria necessário verificar qual a natureza dessa independência em relação aos políticos; será que os partidos estão realmente fora dos movimentos sociais? Não são eles, freqüentemente, mediadores dos movimentos em suas relações com o Estado?
- 2º) Essas mediações não interferem na construção de identidades sociais?

O conceito mesmo de participação deve ser reelaborado. Não há relação direta entre participação e cidadania; de fato, inúmeras mediações se fazem necessárias, conforme já explicitamos anteriormente. Por exemplo, é possível visualizar a população participando de uma hábil política de legitimação que não garanta nem amplia necessariamente seus direitos de cidadãos. Certos aspectos do populismo podem ser exemplos de situações como esta. Além disso, e sempre de acordo com Ruth Cardoso, não se deve perder de vista que a construção da identidade não se reduz exclusivamente aos interesses em comum. Esta questão será retomada com mais vagar nas páginas a seguir.

De qualquer maneira é importante deixar claro os impasses teóricos a

que chegou a teoria marxista mais tradicional, presa em parâmetros globais sem flexibilidade para abranger movimentos específicos e/ou pontuais. Evidentemente que as bases analíticas deduzidas das teses clássicas do marxismo continuariam dando o tom da discussão, porém com agregações e críticas substanciais.

A Perspectiva Culturalista

Dado que os movimentos populares são, muitas vezes, reagrupamento entre atores que têm condições de vida similares, inúmeros estudos foram feitos mostrando ao investigador mais desavisado uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais (hábitos, gostos e aspirações) que parecem caracterizar o conjunto dessa população. Implícito nestes trabalhos estava a premissa segundo a qual condições de vida semelhantes dão origem a características culturais próprias. Neste quadro, a análise das semelhanças remete, portanto, ao universo da cultura, numa perspectiva onde se dissolve a heterogeneidade(4).

Dentre as inúmeras possibilidades de análise que daí decorrem, existe aquela de recolocar a interpretação das estratégias de grupo, refinando-a. Um ponto inquestionável diz respeito à heterogeneidade dos movimentos sociais, particularmente nas suas relações com os partidos políticos e com o Estado. Ao mesmo tempo, esta heterogeneidade marca igualmente os limites de uma análise do tipo culturalista.

A diversidade de inserção na estrutura produtiva, embora fundamental na análise do processo de transformação da sociedade capitalista, assume significado diverso quando apreendido na perspectiva dos sujeitos que vivem este processo(5). O fato de se partir da **perspectiva dos sujeitos** privilegiando, nesse tipo de análise cultural, as histórias de vida, é extremamente importante. Esta importância remete, por exemplo, ao número de informações imprescindíveis que estas histórias nos dão sobre a heterogeneidade do "sujeito coletivo". Isto significa também, e em contrapartida, que a análise que parte da perspectiva do sujeito remete a uma identidade cultural que, embora informe sobre os gostos, as estratégias, etc, não dá conta das diferentes posições deste sujeito no interior de um mesmo horizonte cultural.

As questões da **identidade** e do **sujeito** (de fato imbricadas) são, portanto, deixadas em aberto nessas duas perspectivas e nós as retomaremos após analisar o sub-item a seguir. É evidente que não temos a pretensão de fazer uma avaliação exaustiva dessas linhas. Na realidade limitamo-nos a investigar alguns pontos críticos, a fim de ver sua possível superação. Não é preciso dizer, tampouco, que sem todos esses caminhos traçados pelas diversas análises, seria impossível pensar estas questões.

Pesquisa Participante

A premissa básica da pesquisa participante e que, a nosso ver, parece correta, é a de considerar a perspectiva dos sujeitos para restabelecer a lógica do sentido dos saberes sociais da população. Isso adquire maior força quando

consideramos, sobretudo, o fato de que esses saberes eram reduzidos ao silêncio e que esse silêncio oculta o disciplinamento da organização social. Nesta linha, o **discurso** dos agentes foi focalizado como detentor de **verdade**.

Entretanto, assumir esta premissa de forma radical dá margens a desvios na análise que merecem ser discutidos aqui. Em primeiro lugar, ela vai implicar tomar o discurso, ou um momento do discurso, como a representação da totalidade do sujeito. Neste caso, um momento do simbólico ocupa, portanto, o lugar do real. Arrisca-se aí de cair na própria fetichização do discurso, levando a menosprezar o papel da ideologia, da alienação e mesmo do inconsciente. É também esquecer os diversos discursos das diferentes posições do sujeito como tendo todas um único sentido, mesmo nas suas contradições. Como diz Ernesto Laclau (6):

“Toda posição do sujeito é assim organizada no ambiente de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e a transformam (...) e mais, (...) Se a conexão entre o anti-racismo e o movimento da relutância dos trabalhadores atingisse o ponto onde cada um implicasse necessariamente o outro, eles teriam ambos se tornado parte da mesma formação discursiva e não representariam mais portanto posições diferentes do sujeito, mas sim momentos diferenciais de uma posição unificada do sujeito”.

Assim, é possível visualizar como as noções de identidade, de sujeito, de verdade (razão) e de discurso estão imbricadas e nos parecem ser o nó do impasse teórico das três perspectivas que havíamos apontado. Essas noções merecem, portanto, uma discussão particular.

A Questão da Verdade

A crise dos paradigmas nos dias atuais marca o declínio dessa idéia de recolocar uma “nova verdade” no lugar de uma “antiga verdade”. De um lado, o que está em jogo nesta crise é, sobretudo, a questão da razão. Aparentemente a questão da “razão” surge como um antigo debate dentro da filosofia; entretanto, trata-se de algo carregado de tensão, o que é demonstrado pela própria crise dos paradigmas.

O imperativo prático kantiano obrigava todo sujeito a negociar (debater) a obediência imposta a ele pela ordem empírica do Estado e da religião. Exigia-se aí a arbitragem da razão. Essa idéia da razão prática – separada da razão pura, verdade do domínio das ciências da natureza – é a ação que institui a ordem da moralidade. Esta já vinha seguindo uma tarefa sempre insistente, ligada a uma certa expectativa da Revolução Francesa, dos teóricos do direito individual.

Se com Hegel essas questões foram infinitamente retrabalhadas através da idéia de subjetividade, o pensamento hegeliano permanece “no fio reto (**droit fil**) do pensamento kantiano, com a diferença decisiva de que não recusa, de modo algum, a idéia do saber absoluto”(7). Enquanto Kant remete às vontades

livres a tarefa jamais terminada de atualizar o absoluto, isto não significa o vazio do absoluto. De fato, aqui o absoluto existe pelo ato de uma vontade. Para Kant, não se podia pensar o ser em si: isso era um problema metafísico, aliás criticado em sua teoria. Em contrapartida, em Hegel só há atualização na relação de duas subjetividades: **só se pode pensar o ser em si numa relação.**

Será que seria possível se questionar como Lebrun sobre a idéia da razão em Hegel quando este afirma que o enigma resolvido do saber absoluto é a existência do Estado como razão em ato? Lebrun a este respeito, nos diz que:

"para encontrar a falha na couraça, precisamos nos convencer de que toda crítica a Hegel é vã, se se começa por aceitar a razão como uma fonte de conhecimento por meio de meros conceitos"(8).

As noções de objetividade e subjetividade são co-existentes à história do pensamento ocidental na sua necessidade do Estado e atravessam todas as ciências. Eis porque a filosofia nos ajuda a perceber pelo tratamento das infra-questões, as questões sociais e políticas imbuídas nas questões mais gerais. Isto, de qualquer maneira, é mais evidente, sobretudo, se levarmos em conta que a filosofia tem como propósito o de pensar os objetivos das outras ciências, não tendo ela mesma objeto próprio. Um exemplo desta articulação pode ser encontrada nas questões sobre a razão e, portanto, de causalidades importantes, principalmente para os filósofos políticos do direito às diferenças. Schmidt, utilizando-se do pensamento de Habermas, identifica a não governabilidade como sendo a síntese de uma crise de legitimação e de racionalidade:

"é possível afirmar que um critério fundante de governabilidade é a existência de um referente legal que possa prever comportamentos e sanções que permitam as classes de conviver"(9).

Na reflexão por ele desenvolvida, pode-se perceber que a questão da ética, e logo da legitimidade, é ligada à história do tratamento da razão. Se a identidade se constrói em função de uma interação, deve haver, para Habermas, uma purificação do significado comum em direção a um esforço para construir a comunicação. Essa nova ética, desenvolvida na obra de Habermas, orienta-se no sentido de como construir ou estabelecer um pacto de convivência enquanto espécie. Esta, ainda segundo Habermas, procura um consenso pela racionalização crítica ou pela racionalidade interativa na teoria do agir, mesmo sofrendo uma série de imposições sócio-históricas(10). Por um lado, esse aspecto da obra de Habermas nos deixa perceber uma faceta utopista de uma sociedade em que seria possível controlar a violência da opressão pela racionalidade. Por outro, a análise deste aspecto de sua obra nos esclarece que a razão e o seu exercício se manifestam também pela materialidade do discurso.

O discurso é o fato social por excelência, o acesso à linguagem: é passar da ordem da natureza à ordem da cultura. É a renúncia à imediatidade. Seria, portanto, necessário ver a idéia da própria razão em ato nos discursos políticos, religiosos, intelectuais para depreender também as condições de produção dos discursos específicos. Por exemplo, encontram-se figuras, representações: os

proletários, as mulheres, os marginais, os favelados. É um discurso **sobre**, ou seja, o locutor reifica uma categoria, em decorrência de suas próprias necessidades de retórica. Os detentores do discurso, os que têm um certo poder, um certo espaço no campo social, criam, assim, identidades sociais. O exemplo da obra de Foucault mostrando como diferentes instituições judiciárias, médicas, etc. produziram a representação do louco é fecunda neste sentido. Evidentemente que esta criação não exclui a resistência.

"Suponho que em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm como função conjurar o poder e os perigos desses discursos, de dominar seu acontecimento aleatório, de listar sua pesada e terrível materialidade"(11).

O discurso é o lugar onde se organiza o poder e a resistência, caso contrário só haveria as mesmas formações discursivas.

A psicanálise demonstra que, longe de se organizar em torno da transparência de um ego, a personalidade se estrutura em vários níveis fora das conscientizações e da racionalidade dos agentes"(12).

Sem se referir às teorias do inconsciente, não se pode perder de vista que a noção de identidade engloba seu caráter relacional, ou melhor, sua relação com o outro. Percebe-se assim, a importância que se deve dar aos discursos. Foucault demonstrou exaustivamente como a "vontade de verdade" organizava a produção dos discursos. Como? Que nos diz ele?

"lá onde, segundo a tradição, acredita-se reconhecer a fonte dos discursos ver também a rarefação que ela delimita. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas no sentido em que não precisamos restituir um sentido ao que seria da ordem do recalcado mas reconhecer suas descontinuidades, quer dizer, dos discursos que às vezes se "juntam" mas também se ignoram ou se excluem e, enfim, não partir do discurso na direção de seu núcleo interno e oculto, na direção do cerne (coação) de um pensamento ou de uma significação que se manifestaria nele, mas ir na direção que o torna possível"(13).

Pode-se, portanto, pensar que a formação das identidades bem como a constituição do sujeito são um processo que os diferentes discursos também organizam e produzem por atos de discursos que não cessam de proliferar. Um processo em que, simultaneamente, estão em jogo a submissão a uma ordem e a resistência.

A Guisa de Conclusão

Procuramos, essencialmente, discutir neste trabalho o quanto a noção de sujeito coletivo pode, às vezes, nos conduzir a impasses teóricos. Entretanto, isto não significa que queiramos negar a validade das diferentes linhas de pesquisa a que nos referimos. Ao contrário, é a partir delas que tentamos refletir.

No nosso entender, analisar o discurso, no seu funcionamento, como **produtor de sentido**, permitiria reintroduzir a noção de historicidade na linguagem e reencontrar, a partir daí, não apenas sua "vontade de verdade" como também sua **vontade de identificar**. Por vontade de identificar, queremos ressaltar a necessidade de estar atento ao fato de que, por exemplo, numa política de "reajustamento econômico" a referência à cidadania pelo viés das políticas sociais pode, na verdade, revestir-se de forma de reprodução da exclusão. Isto na medida em que se percebe uma precariedade maior das condições de reprodução da população, apesar das inúmeras "políticas sociais" colocadas em práticas pelo Estado nestes últimos anos.

Ao mesmo tempo, nos discursos políticos e religiosos, encontram-se categorias reificadas da população excluída do processo real de acesso à cidadania e que, no entanto, são aparentemente o cerne de políticas sociais. Restamos ficar extremamente atento às práticas de cada um dos atores, a fim de que certas políticas sociais não sirvam para legitimar uma política econômica de recessão e, igualmente, para criar um espaço de sua inteligibilidade. A participação na legitimação não deixa de imprimir sua marca na problematização das identidades populares que veiculam os poderes públicos.

Por outro lado, a população favelada em sua recusa, por vezes, de participação, pode estar manifestando algo bem diferente da apatia. Em sua relação com o poder local na política fundiária urbana, por exemplo, ela consegue, em certos casos, questionar a instituição jurídica no sentido de substituir o direito de propriedade pelo direito de morar. (Joaquim Falcão)

Em síntese, nossa intenção foi a de delimitar a problemática do sujeito na sua complexidade de objeto da retórica e nos seus processos possíveis de constituição. Isto vai significar, portanto, a possibilidade de concebê-lo como resultado de lutas em uma construção histórica não pre-determinada por uma relação de causalidade. A noção de identidade que engloba o sujeito é bastante imprecisa. Ela serve, no entanto, para fazer funcionar certos discursos, ocultando seu processo de constituição.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Ruth C.L. "Movimentos sociais na América Latina" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 3, vol. 1, ANPOCS, Fev. 1987.
- CHATELET, F. **Histoire des Idées Politiques**. Paris: PUF, 1987, pg. 52.
- DURHAM, E.R. "A sociedade vista da periferia" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 1, vol. 1 ANPOCS, Jun. 1986.
- FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**, Paris, 1971.
- GRANDJEAN, Bitoun, P. e Girard Ferreira Nunes, C. – **Processos de Adaptação às Intervenções da Política Urbana – O caso de duas favelas do Recife** – SUDENE, DPG/PSU, Recife, 1988, Mimeo.
- LACLAU, E. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do Social" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 2, vol. 1, Out. 1986.

LEBRUN, G. O **avesso da dialética**, Companhia das Letras. São Paulo, 1988.

SCHMIDT, B.V. **Transição Política e Crise de Governabilidade no Brasil**, Clacso, Nov. 1987 (Mimeo).

ABSTRACT

SOME THEORETICAL PROBLEMS FOR THE STUDY OF THE COLLECTIVE SUBJECT

The study of a shanty-town community is the departure point of a discussion on theoretical approaches to the identity of collective subjects, social movements and participation. After examining the marxist and culturalist perspectives as well as participating observation methodologies (the perspective of the subjects involved), the author concludes in favor of the possibility of conceiving the subject as the result of conflicts in a historical construction not determined by a causal relation.

RESUME

QUELQUES PROBLEMES THEORIQUES POUR L'ETUDE DU SUJET COLLECTIF

L'étude d'une communauté de bidonville constitue le point de départ de cette discussion sur les approches théoriques de l'identité des sujets collectifs, des mouvements sociaux et de la participation. Après avoir examiné les perspectives marxiste et culturaliste et la méthode de la recherche participative (la perspective des sujets), l'auteur conclue sur la possibilité de concevoir le sujet en tant que résultat de luttes, dans une construction historique non déterminée par un rapport de causalité.